

CAMINHANDO PARA A CIDADE QUE QUEREMOS



**DA VIDA SOB O VIADUTO A UM TETO
PRA CHAMAR DE MEU:
HISTÓRIAS DE LUTAS,
SONHOS E CONQUISTAS**

BELO HORIZONTE

EXPEdIENTE:

Texto escrito por: Maurício Melo, Claudenice Rodrigues e Maria Cristina Bove

Fotos de acervos: Pastoral do Povo da Rua

Projeto gráfico original: Periferia

Diagramação e revisão de textos: Coletivo Arte em Movimento

Contato da experiência:

Pastoral do Povo da Rua: (31) 3428.8366 e 3428.8002
E-mail: pastoralrua@yahoo.com.br

Contato da série:



Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais

Endereço: SC/Sul, Quadra 03, Bloco A, nº 79 – Edifício João Paulo II, Brasília (DF), 70303-903
Telefone: (+55) 61 3322-0155
Site: caisassessoria.org.br

Apoio:



Parceria:



Disponível em:
www.altofalante.info
www.altoparlante.org
www.caisassessoria.org.br

A CIDADE QUE QUEREMOS

A extrema desigualdade econômica e social do Brasil no meio urbano está expressa na forma desigual da ocupação do solo urbano, no acesso aos benefícios produzidos na cidade, na segregação socioterritorial, no caos urbano a que está submetida grande parcela da população que sofre os efeitos diretos da degradação ambiental e em inúmeras situações da violação da dignidade humana.

Para enfrentar os graves problemas urbanos, nas últimas décadas as entidades que atuam no campo do direito à cidade no Brasil têm cumprido um papel importante de mobilização popular, participação social, proposições de legislações, enfrentamento jurídico para efetivação dos direitos e na democratização da cidade e das políticas urbanas, com experiências concretas para que as populações em situação de vulnerabilidade social tenham melhores condições de vida e as cidades sejam mais justas e sustentáveis.

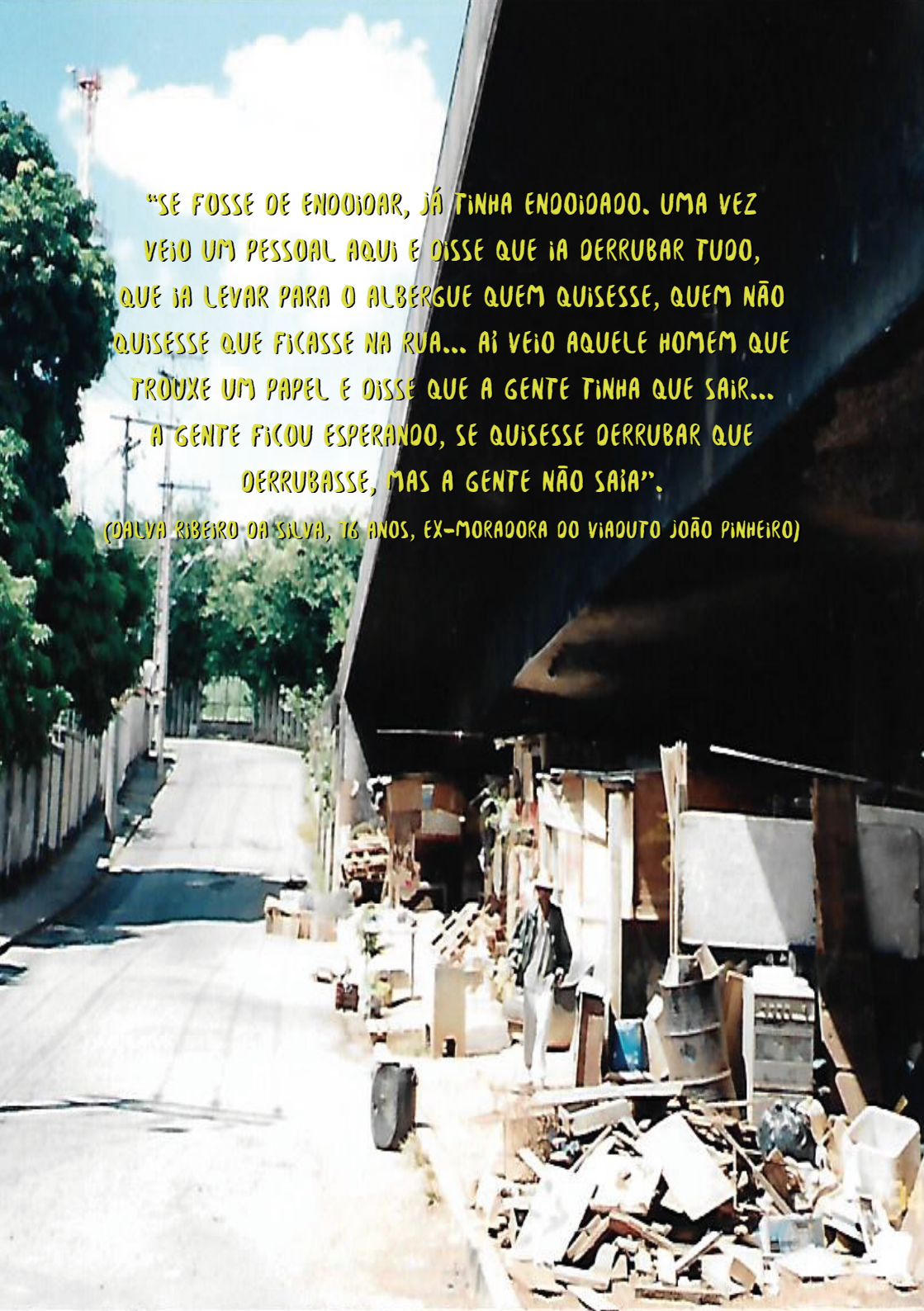
No entanto, essas relevantes experiências nem sempre são registradas e disseminadas. Consequentemente, não são reconhecidas na sociedade em geral, nem mesmo entre os parceiros que atuam nas mesmas problemáticas.

Esta série de registros “Caminhando para a cidade que queremos” nasceu dos encontros sobre os desafios urbanos entre os parceiros da Misereor que atuam no campo do desenvolvimento urbano e direito à cidade. Seu objetivo é contribuir na comunicação de práticas urbanas, na troca de aprendizagens e na reflexão sobre ações futuras.

Cada publicação finaliza com alguns “passos sobre a cidade que queremos”, que são questões centrais extraídas da atuação em cada caso concreto traduzidas em resultados ou desafios.

DA VIDA SOB O VIADUTO
A UM TETO PRA
CHAMAR DE MEU:
HISTÓRIAS DE LUTAS,
SONHOS E CONQUISTAS.

BELO HORIZONTE



“SE FOSSE DE ENDOIOAR, JÁ TINHA ENDOIOADO. UMA VEZ
VEIO UM PESSOAL AQUI E DISSE QUE IA DERRUBAR TUDO,
QUE IA LEVAR PARA O ALBERGUE QUEM QUISESSE, QUEM NÃO
QUISESSE QUE FICASSE NA RUA... AI VEIO AQUELE HOMEM QUE
TROUXE UM PAPEL E DISSE QUE A GENTE TINHA QUE SAIR...
A GENTE FICOU ESPERANDO, SE QUISESSE DERRUBAR QUE
DERRUBASSE, MAS A GENTE NÃO SAIA”.

(DALVA RIBEIRO DA SILVA, 16 ANOS, EX-MORADORA DO VIAJATO JOÃO PINHEIRO)

Quando o teto é o viaduto

Essa tensão cheia de ameaças era o cotidiano de cerca de 60 famílias que se concentravam sob sete viadutos situados ao longo da Via Expressa, na região noroeste da cidade de Belo Horizonte, algumas desde o final da década de 1980.

A maioria dessas famílias morava nesses locais há mais de cinco anos, tempo suficiente para fixarem seus lares sob viadutos. Formavam pequenas comunidades que se estendiam ao longo da avenida. Ali cozinhavam, lavavam roupa, descansavam e brincavam. Em alguns viadutos, as construções tinham o endereço reconhecido pelos Correios, outros conseguiram a instalação de água. A chegada do carteiro dava à comunidade o sentimento de pertencimento à cidade. Ter endereço era referência importante. Os moradores pagavam regularmente suas contas, entre elas a da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais). As crianças estudavam nas escolas do bairro. Eram pequenas comunidades nas quais o trabalho e as relações se teciam coletivamente.

As moradias eram construídas de madeira e cimento, algumas utilizavam também o plástico. Várias pessoas trabalhavam como carroceiros, fazendo fretes, contribuindo dessa forma com os afazeres do bairro. Outros eram catadores de material reciclável. Havia ainda os que vigiavam carros, os que trabalhavam fazendo bicos diversos, ou seja, havia uma inserção no bairro. Nos espaços livres, plantavam hortaliças e chás medicinais. Muitos tinham animais de estimação, como cachorros e gatos e até patos e cavalos. Era um ambiente rural no meio da cidade, um pequeno oásis simulando uma chácara. Havia até porquinhos que engordavam para as festas.

Os moradores dos viadutos, em sua maioria, vieram do interior e não encontraram local onde morar. Amanheciam nas ruas da cidade e preferiram permanecer sob os viadutos a pernoitar em albergues públicos.

A rotina em albergues não trazia a possibilidade de construir uma vida melhor, ter um trabalho e estabelecer uma família. Acrescentavam-se ainda as péssimas condições da infraestrutura desses acolhimentos, em geral precários e insalubres. Sob os viadutos, ao contrário, podiam trabalhar e ter vida familiar. Organizavam o cotidiano em torno do espaço que – deixemos esclarecido – também era insalubre e precário, mas oferecia maior possibilidade de dignidade. A privacidade conquistada era e é considerada um privilégio para quem mora nas ruas. As noites eram animadas por rodas de conversas, batuques, muitas lembranças da roça e histórias da vida.

**“A NOSSA PRIMEIRA MORADA NO VIAUTO FOI ASSIM:
QUANDO NÓS VIÉMOS DO MORRO PILAR, O FINAÇO MEU PAI
ESTAVA DOENTE E NÓS NÃO TINHAMOS CONDIÇÃO DE PAGAR
ALUGUEL, PORQUE PAPEL NÃO DÁ PARA PAGAR ALUGUEL
NÃO. AI NÓS FOMOS OBRIGADOS A FAZER UM BARRAQUINHO
DEBAIXO DO VIAUTO”.**

(OALVA RIBEIRO DA SILVA, 76 ANOS, EX-MORAADORA DO VIAUTO JOÃO PINHEIRO)



Segundo o Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, a população em situação de rua é reconhecida como um grupo populacional constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, e não possuem moradia regular.

A POPULAÇÃO DE RUA NÃO É CONTABILIZADA NO CENSO DO IBGE, PORTANTO NÃO É CONTABILIZADA COMO PARTE DO DÉFICIT HABITACIONAL. NÃO HÁ POLÍTICA HABITACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, A ALTERNATIVA É DORMIR NAS RUAS.



Red sign: 0303 5408
White sign: 40456

Gente com rosto, nome, documentos e sonhos

No início da década de 2000, a equipe da Pastoral de Rua da Arquidiocese foi chegando aos viadutos e se aproximando das famílias. Criaram-se laços fraternos e de mútua confiança. Muitas visitas e rodas de conversa passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas que ali moravam. Aos poucos, o intercâmbio entre os grupos e a ideia de discutir a realidade que cada um vivia foi crescendo a um só tempo. Acreditar na sua força e união foi o primeiro passo. Nas rodas, cada pessoa tinha nome, documentos e endereço. O apoio e a unidade foram se fortalecendo.

A equipe propôs realizar um Diagnóstico Participativo entre os moradores dos sete viadutos. A ideia foi aceita e iniciou-se uma articulação e reflexão coletiva entre todos. Eram encontros semanais e/ou quinzenais, intercalados de festas, comemorações, mutirões e atividades práticas diversas. Através de diferentes dinâmicas, as pessoas refletiam sobre suas realidades e criavam vínculos de amizade e confiança. As dinâmicas levavam em conta o tempo diferenciado de cada grupo e o espaço que cada um ocupava. Os ecos que surgiam eram vários. O desejo maior de todos era garantir o direito de ter uma vida digna com acesso a todos os serviços, benefícios, equipamentos e, sobretudo, ter a estabilidade e a possibilidade de construir, em alvenaria, conforme a necessidade de cada família, a sua moradia. A composição familiar era heterogênea. Havia entre eles um casal com dez filhos e alguns eram sozinhos. O Diagnóstico Participativo Urbano, através das vivências e dinâmicas, foi alimentando a ideia de poder efetivar os sonhos.

Vislumbrar a possibilidade de se manter no local trouxe novos sentidos aos moradores e palavras como dignidade, cidadania, direito, autonomia começaram a fazer parte dos seus vocabulários. Palavras importantes para todas as pessoas que, para os que moram sob os viadutos, significavam reconhecimento, aceitação, afeição, respeito e, sobretudo, liberdade. Liberdade que garantia a cada pessoa gerir livremente a sua vida, efetuar suas próprias escolhas, organizar seu cotidiano, ter sonhos e planejar o futuro.

“NÓS CRESCEMOS MAIS FOI MORALMENTE, NÉ?
PESSOALMENTE, NÓS FICAMOS SABENDO DE ALGUNS
DOS NOSSOS DIREITOS, NÓS NÃO SABIAMOS DE NENHUM.
E FOMOS MAIS SOLIDÁRIOS, COMEÇAMOS A NOS UNIR.
NÓS JÁ TINHAMOS UM PROPÓSITO, NÓS NÃO
ESTÁVAMOS ALI POR ESTAR, TINHAMOS UM FUTURO,
COISA QUE NÓS NÃO TINHAMOS ANTES”.

(ROSÂNGELA COSTA FERREIRA, 49 ANOS, EX-MORADORA DO VIADUTO FRANCISCO SALES)



Plantando a vida sob o viaduto

À medida que o Diagnóstico Participativo avançava, cada um foi melhorando seu espaço, ocupando e mudando seu uso, ressignificando-o, dando sentido ao que estava vago. Em um dos viadutos, fizeram uma horta, e os produtos eram vendidos aos vizinhos. Essa ressignificação do espaço trouxe uma nova relação entre os vizinhos.

“(...) A HORTA É UMA FORMA DOS OUTROS VER A GENTE. É SÓ ASSIM QUE ENXERGAM A GENTE. HOJE DE MANHÃ, EU FUI BUSCAR MEU ANIMAL E O RAPAZ ME ELOGIOU MUITO POR CAUSA DA HORTA. (...) O NEGÓCIO DA HORTA FICOU BOM, OCUPOU O ESPAÇO, AGORA ATÉ OS VIZINHOS VÃO VER QUEM É O POVO QUE MORA NO VIADUTO. (...) A HORTA DEU OUTRO CARTÃO-POSTAL AO VIADUTO...”.

(FRAGMENTOS DE VÁRIAS FALAS DE EX-MORADORES E VIZINHA)



VENDE-SE
MUDAS.

MINASG

“EU SONHO EM ESTAR NA MINHA CASA, CONSEGUIR UM SERVIÇO, SABE? QUE EU POSSA TER AS MINHAS COISAS TUDO DIREITINHO, DAR UMA VIDA MELHOR PROS MEUS FILHOS, PRA MIM TAMBÉM, QUE EU AINDA TÔ JOVEM, MEREÇO TER UMAS COISINHAS...”.

(ROSIMEIRE RAMOS DA SILVA, 34 ANOS, EX-MORADORA DO VIADUTO JOÃO PINHEIRO)

Outros melhoraram o espaço, colocando divisórias para a criação dos animais. Outros colocaram água encanada, construíram banheiros e cercas para delimitar o espaço ocupado, desentupiram a rede pluvial, entre muitas outras mudanças, melhorando cada vez mais as condições de vida e trazendo novos sonhos e consciência dos seus direitos.

Sempre que surgiam ameaças de remoção, havia uma movimentação para a defesa do local, os moradores dos outros locais apareciam. Advogados, estudantes, equipe de arquitetos, parceiros e amigos se colocavam em ação. Também era de muito valor o apoio e amizade com muitos vizinhos, todos ajudavam a resistir sob os viadutos e a adequar o espaço para possibilitar condições de salubridade. Era uma luta permanente e, a cada resistência superada, crescia a confiança entre eles.

Nesse processo, verificava-se também uma maior organização econômica do núcleo familiar, sobretudo em torno do trabalho da catação de materiais recicláveis e/ou da vigilância de carros.

Desenvolver o Diagnóstico foi um momento de muitas vivências e aprendizado também para a equipe da Pastoral do Povo da Rua. As rodas de conversa, os batuques improvisados, sentar-se no meio-fio da calçada ou sobre o papelão ou em algum caixote ou lata improvisada, muitas vezes ao redor da lenha e da cozinha coletiva, traziam relacionamentos solidários e fraternos, de escuta e celebração da vida.

Advogados e arquitetos entram na luta

Lutar pelo direito à moradia digna e adequada implicou introduzir na luta os defensores do direito. Os advogados assumiram a luta de promover, em primeiro lugar, a garantia da permanência, através do reconhecimento da função social da terra. Foram muitas dificuldades e momentos de descrenças, mas não enfraqueceram, se esforçaram para mostrar e garantir que os direitos fundamentais são para todos os humanos.

Muitas vezes se levantaram na defesa, entre elas a do Dr. José Luiz Quadros, diretor do Centro Estratégico de Estudos do Estado de Minas Gerais, que elaborou um parecer técnico por entender que:

“... PARA ESSAS PESSOAS, FORAM NEGADOS QUASE TODOS OS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO, COMO TRABALHO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MORADIA, JUSTA REMUNERAÇÃO... QUE FORAM VÍTIMAS DAS VIOLÊNCIAS DO PODER PÚBLICO, MUITAS DELAS EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO... ESSAS PESSOAS, AS QUAIS TUDO FOI NEGADO, AINDA RECEBERAM A INTOLERÂNCIA DE QUEM DIZ AGIR EM NOME DO DIREITO. DE OUTRO LADO, MUITAS VEZES RECEBERAM TAMBÉM POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS INEFICAZES, HUMILHAÇÃO FINAL, PRINCIPALMENTE QUANDO PARA RECEBÊ-LAS SÃO OBRIGADOS A FAZER O QUE NÃO QUEREM. NESSE MOMENTO, A ÚLTIMA LIBERDADE QUE LHEZ RESTA É ARRANCADA: A LIBERDADE DE ESCOLHER SE QUEREM OU NÃO CONTINUAR NA RUA”.



Foi criando-se uma jurisprudência, escreveram-se pareceres técnicos, moveram uma Ação Civil Administrativa contra a prefeitura.

Importante destacar que tudo era planejado no coletivo e as estratégias de ação eram debatidas e assumidas pelo conjunto. Foi tempo de muito aprendizado sobre o direito a vida, a dignidade, a moradia. Exercício do saber acadêmico simplificado na linguagem popular, de forma expressiva e dinâmica.

Arquitetos também foram convocados e um grupo vinculado ao Escritório de Integração da Pontifícia Universidade Católica – PUC se inseriu nesse novo contexto, que, por sinal, foi muito desafiador para eles. Após muitas conversas com os moradores, foram constatando que o desejo de ter uma habitação digna, segura e adequada era comum a todos. Cada um queria seu lugar e sua privacidade. Não queriam morar em albergues nem abrigos.

Os arquitetos passaram então a estudar as condições do espaço de cada grupo: considerar caracterização do som, as condições de salubridade, os vazios existentes nas adjacências. Verificaram também o processo de urbanização que ocorreu e observaram as dinâmicas territoriais da avenida. Muitas descobertas aconteceram nos estudos. A importância foi reconhecer que sob os viadutos existem muitas áreas vazias que podem ser aproveitadas como moradia com condições adequadas.



A proposta de garantir o direito à cidade começou a acontecer nos viadutos e com a população em situação de rua! Uma boa novidade: o Estatuto da Cidade foi sendo conhecido e estudado.

Houve a discussão de projetos e alternativas diversas, reunindo um ou mais grupos nos diferentes viadutos e espaços ociosos. O Escritório de Integração fez um convênio com o Ministério das Cidades e seis moradores dos viadutos trabalharam junto com os estudantes e os técnicos nesse projeto durante seis meses. Foi tempo de fotografar e mapear os espaços e reconhecer as possibilidades de transformação dos territórios.

A avenida ganhou um novo significado e os espaços vazios circundantes adquiriram novas interpretações de uso. Importante também foi identificar as escolas, os postos de saúde e outros serviços da prefeitura para garantir os serviços necessários para uma sobrevivência digna.

Diz ainda o Parecer do Dr. José Luiz Quadros que os moradores dos viadutos haviam encontrado, junto com técnicos da arquitetura e do direito e com a Pastoral de Rua, propostas de ordenamento para aquele espaço urbano e que, segundo a Constituição: **“este espaço é asilo inviolável destas pessoas, sendo, portanto, esta ação da prefeitura e da polícia, flagrantemente contrária ao ordenamento jurídico, portanto contra a lei e a Constituição”**.

Lembra ainda os princípios constitucionais de observância obrigatória e que as regras que regulam o caso são, entre outras: **“combater a pobreza e os fatores de marginalização promovendo a integração social dos setores desfavorecidos e promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico”**.
(art. 23, I, IX, X)

O sonho destruído

Infelizmente, durante o processo de elaboração de projetar novas habitações e espaços de trabalho nos locais ociosos próximos aos viadutos, começaram a sofrer ameaças. A Prefeitura de Belo Horizonte, com receio de abrir precedentes e se negando a implementar o Estatuto das Cidades, decide montar uma operação de retirada das famílias a qualquer custo, insistindo na velha prática de higienização urbana. As ideias e interesses começaram a se confrontar, infelizmente sem resultado positivo para as famílias. Houve audiências públicas, caminhadas, muita mobilização social. Outros grupos de arquitetos e advogados também se aproximaram. A população em situação de rua reunida em ocupações da Av. Antônio Carlos, do Casarão da Av. do Contorno e das Torres Gêmeas também se mobilizou e somou nessa luta.



A luta foi crescendo. A UFMG, através do Programa Polos Reprodutores de Cidadania, entrou com Ação Administrativa na Prefeitura. Os interesses se chocaram e iniciou-se um processo com intensas negociações. Os arquitetos desenharam inúmeras possibilidades, seja nas imediações, seja em terrenos próximos à avenida. Muitas visitas foram feitas em áreas e terrenos identificados pela prefeitura. O grupo queria permanecer unido, garantir inclusive espaços de geração de trabalho e renda e havia a possibilidade de construir coletivamente em sistema de autogestão. Mas amargamente os tratores foram mais fortes e o povo teve que deixar seus lares, apesar da afirmação de José Luiz Quadros:

“(…) DE NADA ADIANTA REMOVÊ-LAS DO LOCAL ONDE ENCONTRAM E ONDE CONSTRUÍRAM UM REFERENCIAL DE VIDA, ONDE SEUS FILHOS FREQUENTAM A ESCOLA E ONDE CONSEGUEM ALGUM SUSTENTO PARA O ALIMENTO, OFERECENDO UM TERRENO LONGE OU OFERECENDO DINHEIRO PARA O ALUGUEL. TRATA-SE DE SIMPLIFICAÇÃO QUE RETIRA DESTAS PESSOAS O SEU ÚLTIMO DIREITO, DESTRUINDO DE VEZ SUA DIGNIDADE QUE AINDA PODE SOBREVIVER NAS ÚLTIMAS ESCOLHAS QUE CONSERVARAM”. (p. 3, 2002)



Os locais dos viadutos foram alambrados e aterrados com o sonho de muitos. E a promessa de instalação de futuros espaços para coleta de material reciclável e baias para os cavalos nunca se efetivou.

A destruição dos espaços provocou inicialmente um sentimento de derrota, mas permaneceram juntos e resistiram, não aceitando ir para albergues conforme proposta da prefeitura. Para assegurar o reassentamento, novas e muitas batalhas se travaram junto ao Ministério Público. Foram realizadas muitas ações de pressão social e negociações até que houvesse atendimento habitacional. Inicialmente, cada família teve acesso a um aluguel social e posteriormente conquistaram sua moradia definitiva por meio do Programa Municipal de Reassentamento (PROAS) em conjuntos habitacionais. No prazo de aproximadamente seis anos, a grande maioria das famílias adquiriu sua moradia de acordo com a localização e tamanho que cada família escolheu e dentro do valor que era ofertado pelo PROAS. Com a interrupção do PROAS, houve uma família que optou por continuar no Programa Bolsa Moradia até ser incluída em apartamento. O triste é que, nessa luta, quatro pessoas morreram sem realizar o sonho de ter sua moradia.



Novos tempos: cidadania com endereço

Com cada família na sua moradia, iniciou-se uma nova etapa. Foi tempo de adaptação, de novas experiências e aprendizados. Nem todos ficaram em bairros próximos, mas permaneceram mobilizados e unidos na luta e na teimosia até conquistarem sua moradia definitiva. Nas casas, tudo ganhou novo significado e valor. O endereço fixo se tornou um bem para todos, permitindo a essas pessoas estar conectadas ao mundo e ter uma referência pessoal.

**“NO MEU MODO DE PENSAR, PRA MIM FOI ÓTIMO... BOM
DEMAIS VOCÊ MORAR NUMA RUA, VOCÊ SABE QUE
CARTA PODE CHEGAR LÁ”.**

(FÁTIMA CRISTINA TOMÁS DE JESUS, 37 ANOS, EX-MORADORA VIAUTO JOÃO PINHEIRO)

Ter um espaço próprio, seguro, tranquilo, onde pode fazer opções:

**“GOSTOSO DEMAIS, LÁ EU POSSO DORMIR ATÉ DE PORTA
ABERTA, QUER COISA MELHOR QUE ISSO? VOCÊ VIVER NUM
AMBIENTE ASSIM... É MUITO BOM”.**

(ROSIMEIRE RAMOS DA SILVA, 33 ANOS, EX-MORADORA DO VIAUTO JOÃO PINHEIRO)



A vida pessoal e familiar também mudou:

“HOJE EM DIA EU JÁ TENHO MINHA ROTINA, ARRUMO CASA, LAVO MINHAS COISAS, FAÇO MINHA JANTA, DEITO NA MINHA CAMA, NÃO QUERO NEM SABER, TENHO MAIS TRANQUILIDADE... AS CRIANÇAS TÊM UMA VIDA DIGNA. TEM ARROZ E FEIJÃO PRA ELES COMEREM, TEM UMA CAMA PRA ELES DORMIREM, NÃO TEM BARULHO DE CARRO A NOITE TODA NO SEU OUVIDO... TÁ MELHOR AGORA”.

(TATIANA PEREIRA, 41 ANOS, EX-MORAADORA DO VIADUTO DA DELTA)

(...) “HOJE EU FAÇO MEUS PLANOS, EU SENTO COM A MINHA MULHER, A GENTE PLANEJA AS COISAS. AS POUCAS COISAS QUE A GENTE ESTÁ PODENDO CONQUISTAR A GENTE PLANEJA. TRABALHAR, ESTUDAR, O QUE A GENTE TEM QUE FAZER PARA OS NOSSOS FILHOS NÃO TEREM QUE PASSAR PELO QUE A GENTE PASSOU. ENCAMINHAR, ESTUDAR OS MENINOS, AJUDAR ELES A BATALHAR O MÁXIMO”.

(FERNANDO SANTOS ROLIN, 42 ANOS)



Importante também foi derrubar preconceitos e discriminações.

“MEUS FILHOS ATÉ FALARAM: ‘NOSSA, MÃE! ATÉ QUE ENFIM TEMOS UMA MORADIA’. NA ÉPOCA LÁ DEBAIXO DO VIADUTO, ELES TINHAM VERGONHA. LÁ DEBAIXO DO VIADUTO, ELES FORAM UMAS TRÊS VEZES NA ESCOLA E AI NÃO VOLTARAM MAIS PORQUE OS COLEGAS DELES COMEÇARAM A MEXER COM ELES, QUE ELES ERAM DO VIADUTO. QUANDO A GENTE IA COMPRAR ALGUMA COISA NO SUPERMERCADO, OS OUTROS OLHAVAM A GENTE COM AQUELE OLHAR, OLHAVAM A GENTE DIFERENTE”.

(TATIANA PEREIRA, 47 ANOS, EX-MORADORA DO VIADUTO DA DELTA)



A cidadania teve endereço:

“HOJE EM DIA, EU NÃO SOU MAIS TRATADA COMO MENDIGO, MAS SIM COMO SER HUMANO, CIDADÃ BRASILEIRA. SEI QUE ESTOU AINDA NUMA SITUAÇÃO CRÍTICA, MAS SOU UMA CIDADÃ BRASILEIRA. ANTIGAMENTE EU ERA TRATADA QUE NEM UM ANIMAL. ONDE EU PASSAVA, TODO MUNDO CORRIA, ESCONDIA A BOLSA, TODO MUNDO TAPAVA O NARIZ. AÍ EU FICAVA MUITO CHATEADA, EU CHORAVA 24 HORAS POR DIA E OLHAVA PRAS PESSOAS E REALMENTE ME SENTIA UM LIXO. HOJE EM DIA, EU PASSO PERTO DE QUALQUER PESSOA E, SE ELA LEVANTAR A VOZ COMIGO, EU LEVANTO A CABEÇA E GRITO MAIS ALTO, PORQUE HOJE EU SEI QUE TENHO DIREITOS! AGORA NÃO TEM MAIS POLÍCIA ATRÁS DE MIM E NEM POLÍCIA FICA ME VIGIANDO.”

E, mais do que isso, a casa permitiu ressignificar a vida:

“TIVE A FELIZ IDEIA DE VOLTAR A ESTUDAR, SEI QUE EU SOU CAPAZ, VOU TER UMA VIDA MELHOR, VOU TER UM TRABALHO E TER CONDIÇÃO DE VIVER MELHOR E AJUDAR QUEM UM DIA ME AJUDOU. AJUDAR QUEM ESTÁ DO LADO, SE ACASO A PESSOA TROPEÇAR. EU QUERO SER ASSISTENTE SOCIAL, PORQUE EU QUERO TER CONTATO COM AS PESSOAS, AJUDAR AS OUTRAS PESSOAS QUE ESTÃO NA RUA A SE LEVANTAR, MOSTRAR PRA ELAS QUE TEM UM FUTURO. UM FUTURO NÃO É SÓ A RUA, MAS É SER FELIZ”.

(ELISÂNGELA CÂNDIDA DA SILVA, 41 ANOS, EX-MORAADORA DO VIADUTO FRANCISCO SALES)

Esperança construída a muitas mãos

Esse processo foi significativo também para todos que participaram dessa caminhada. Agentes, técnicos e população de rua participantes dessa história também tiveram suas vidas impactadas. Cada dia era um novo começo que desafiava a pensar em novas articulações e novos planejamentos. O processo de aprendizado era contínuo, animado pelo desejo de apoiar as famílias que desejavam transformar a realidade e encontrar novas formas de organização habitacional coletiva.

A utilização de metodologias participativas permitiu manter a mobilização e a organização permanente do grupo durante muitos anos. Fazer rodas de forma lúdica e prazerosa trazia energia a todos. Eram brincadeiras, teatros, fantasias, reuniões, batuques que ajudavam na implantação de projetos coletivos e que contribuíam na superação de todo tipo de problemas que iam surgindo: o desânimo e a descrença que de vez em quando tomavam conta de alguns, o término de relacionamentos, as doenças, as discriminações sofridas. Foi fundamental aprender a pensar e ter condições de interferir no próprio destino de forma coletiva.

O apoio técnico contribuiu para a defesa coletiva do direito e a compreensão do valor da dignidade, da cidadania, das políticas públicas de moradia e trabalho digno, todos garantidos na Constituição. Importante saber que o uso do espaço ocupado por tantos anos valorizava sua luta e tinha significado legal através do Estatuto das Cidades. E que, mesmo morando na rua ou sob viadutos, tinham o direito de acesso aos serviços públicos e filantrópicos do bairro.

As pequenas organizações internas contribuíram para manter a unidade e o desejo de ir buscando alternativas de superação. Exemplos disso foram a conquista do ponto de água, a organização da horta comunitária, o batizado das crianças na paróquia, entre outras. Pode-se afirmar que manter viva a esperança mesmo na contradição e esperar que ela brote e frutifique marcou a vida de todos os que participaram dessa luta.

Queremos que a cidade nos acolha: somos filhos teus

A trajetória dos moradores de rua, a conquista da cidadania a partir da organização e da participação e a luta pelo reconhecimento da utilização do espaço público ocioso são momentos que se destacam em todo o processo vivenciado. Muitas reflexões surgem nessa constatação, que poderia ser sistematizada em três grandes pilares:

- os direitos negados e o empoderamento da população de rua como instrumento de mobilização política;
- o poder público com suas práticas higienistas e segregadoras, que, antes de fortalecer e promover sua população, criminaliza os pobres e fortalece apenas interesses econômicos e privados e,
- por fim, a sociedade em geral, que, se por um lado teve a presença de muitos grupos que se aproximaram e articularam diferentes apoios e parcerias, por outro foi portadora de discriminações e preconceitos, muitos deles arraigados na cultura escravocrata, que divide classes e raças, e foi a favor das práticas do poder público.



O povo conquistou sua vitória, talvez não como se desenhou em algum momento do processo e não apenas pela concretização de ter um lar, o que é de imensa importância, mas pelo exercício da cidadania e o empoderamento que emergiu da trajetória vivida. As pessoas não foram mais as mesmas. As reflexões e mobilizações acontecidas motivaram o grupo e as pessoas que delas participaram a evoluir e se fortalecer. Buscaram os locais de moradia, escolheram suas casas, negociaram com a prefeitura e garantiram os direitos a partir das suas necessidades. Exemplo é uma família que com dez filhos exigiu a aquisição de duas casas conjugadas para garantir dignidade e aconchego a todos. Paulo Freire afirma que “quando a pessoa compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”.

Assim aconteceu, os moradores dos viadutos compreenderam sua realidade, buscaram soluções e transformaram seu mundo. Os enfrentamentos duraram dois anos, especificamente entre 2003 e 2005, quando as primeiras famílias começaram a ser encaminhadas para suas moradias. Em 2012, o Ministério Público fechou o processo definitivamente.



Infelizmente a prefeitura não reconheceu o poder político do povo e sua capacidade de transformar a realidade em que se encontrava. Utilizou até o último momento sua força, evidenciando seu rosto opressor através de práticas segregadoras e de caráter higienista. O poder público vai, em geral, na contramão dos desejos do povo e, em vez de promover cidades inclusivas e de valorização social, assume os interesses do capital, que esmaga e divide a população.

A professora Ermínia Maricato afirma que “a cidade é uma mercadoria, é um negócio por excelência capitalista, a terra e o espaço urbano são mercadorias valiosas”. Apesar de a moradia ser um direito social previsto na Constituição Federal, é uma mercadoria negada à população pobre. Essa mercantilização impede a efetivação do direito a moradia e é a razão das operações de retirada das pessoas dos espaços urbanos sem dar alternativa de moradia. Retiram para atender a interesses de um desenvolvimento de caráter altamente especulativo e imobiliário.



Na experiência da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, aproximar-se dos moradores dos viadutos e participar do seu processo de lutas e vitórias não nasceu no acaso, mas sim por acreditar no potencial dessas pessoas, nos princípios da educação popular, no desejo de construir laços de reciprocidade e solidariedade e pelo sonho de contribuir na construção de cidades onde todos tenham direitos e não haja divisões e preconceitos.

Pode-se afirmar que a luta realizada nos viadutos trouxe nos seus objetivos a cidade que queremos, onde todos tenham acesso:

- a uma vida com oportunidades e dignidade;
- à efetivação do direito adquirido pelo uso do solo por mais de dez anos e com a possibilidade de utilização de áreas ociosas nas adjacências;
- às políticas públicas para a diminuição da desigualdade social;
- à reconstrução de novos horizontes de vida por meio das instituições públicas e da sociedade;
- ao cumprimento dos direitos constitucionais que garantam moradia, dignidade e cidadania.

Só assim as cidades serão como jardins cultivados na solidariedade e na justiça. Acreditamos que sem o conjunto de atores interligados o povo permanecerá na exclusão e a cidadania será apenas um enunciado constitucional inalcançável.

A RUA CONCRETA, DISCRETA,
NOS MOSTRA A FRIEZA DE NOSSA SOCIEDADE
E A TRISTEZA DE UM POVO ESQUECIDO.



CAMINHANDO PARA A CIDADE QUE QUEREMOS

Da vida sob o viaduto a um teto pra chamar de meu: histórias de lutas, sonhos e conquistas.

O relato dos moradores dos viadutos é singular. Chama a atenção seja pelo inaudito de uma luta por moradia ser protagonizada por pessoas em situação de rua, seja pela união e resistência de um grupo que, aproximadamente durante quatorze anos, lutou e defendeu o direito de ter um local para morar. Inédita também foi a mobilização de profissionais que investiram em novos saberes e tentaram ressignificar a vida e a utilização dos viadutos.

A luta não foi em vão. A permanência no local e em grupo não aconteceu, mas eles conquistaram um teto que puderam chamar “de meu”.

Ter uma casa para morar é tudo que uma pessoa em situação de rua aspira, inspira e sonha!

